A DESIGUALDADE E EXPLORAÇÃO DE GÊNERO

Tais Tarouco Miranda da Cruz [1]

Monique Bronzoni Damascena [2]

Resumo:

O presente trabalho visa analisar a problemática de gênero através do método dialético crítico. Temos como resultados que as condições materiais de vida determinam a vida social dos indivíduos na sociedade capitalista, em um modo de produção em que a exploração e a desigualdade são princípios de sobrevivência do sistema, portanto, a desigualdade de gênero é insuperável antes da superação da contradição CapitalXTrabalho visto que o modo de produção capitalista utiliza as desigualdades para a intensificação da exploração, tendo como objetivo uma maior extração de mais valia, reflexo disso, é a inserção precarizada e desigual das mulheres no mercado de trabalho, com menores condições de se manter no emprego, com menores remunerações e dupla/tripla jornada, por que ocupa um papel coletivamente construído, através da cultura e das relações de produção, esse papel, se centra na reprodução social, ou seja, as condições necessárias para a reprodução da força de trabalho. Conclui-se, que o fato da mulher ocupar-se no trabalho na esfera produtiva e reprodutiva não é fato apenas cultural, ou biológico , mas, tem relação com as demandas do capital internacional, que passa a necessitar de uma maior exploração da força de trabalho, nesse momento a mulher começa a ocupar a esfera produtiva das condições da própria existência, mas ao assumir esse trabalho,é duplamente explorada, pois, ainda lhe é atribuído o trabalho doméstico, essa atribuição que é naturalizada advém de um modelo de família patriarcal, que atendia os interesses dos capitalistas em uma fase emergente do capital, a saída da mulher para o emprego formal juntamente com a permanência da mesma no trabalho doméstico é duplamente rentável, o que serve de base para a manutenção da desigualdade, visto que, não existem condições objetivas de empoderamento das relações de trabalho vigentes num plano imediato.

Palavras-chave: Desigualdade, Exploração, Trabalho Doméstico, Trabalho Assalariado, Capitalismo

Modalidade de Participação: Iniciação Científica

A DESIGUALDADE E EXPLORAÇÃO DE GÊNERO

[1] Aluno de graduação. taistmiranda@gmail.com. Autor principal

[2] Docente. moniquedamascena@unipampa.edu.br. Orientador

A EXPLORAÇÃO E DESIGUALDADE DE GÊNERO

1 INTRODUÇÃO

Durante séculos, as mulheres foram silenciadas e, esse silêncio que foi imposto através de uma cultura dominadora dificultou qualquer tentativa de recurso à história das mulheres. Seu modo de vida, sua identidade, sua participação política nos fatos e acontecimentos históricos. Então, a história das mulheres, era sobre a percepção que os homens tinham delas, muitas vezes, era atribuído à forma social mulher como um indivíduo pertencente ao espaço privado do domicílio. Jean-Jacques Rosseau, por exemplo, dizia que as mulheres tinham uma tendência *natural* a obedecer e atribui essa tendência a razão. ROUSSEAU (1992, p. 428) "Quando a mulher se queixa da injusta desigualdade que o homem impõe, não tem razão; essa desigualdade não é uma instituição humana ou, pelo menos, obra do preconceito, e sim da razão: cabe a quem a natureza encarregou do cuidado dos filhos a responsabilidade disso perante o outro".

Por meio das transformações sociais, a mulher foi ocupando espaços no mundo do trabalho. E atualmente, pode-se falar na própria produção do conhecimento em uma perspectiva feminista, realizada por mulheres. Segundo Marx (2008, p. 48) "não é a consciência dos homens que determina o seu ser, ao contrário, é o seu ser social que determina sua consciência". Essa citação nos diz que a realidade não pode ser analisada pelas ideias, mas sim pela realidade concreta. Essa citação nos diz que a realidade não pode ser analisada pelas ideias, mas sim pela realidade concreta. Do qual esta realidade está condicionada pelas relações sociais de produção que determinam a consciência do ser social. Diante dessa constatação, pode-se dizer que as transformações sociais são construídas socialmente a partir da relações sociais de produção necessária para a manutenção e reprodução do modo de produção capitalista.

Portanto, essas transformações sociais são construídas socialmente e não são produtos de uma evolução natural da humanidade, mas são determinadas pelas relações de produção. Diante do exposto, o estudo visa apreender a questão do gênero na sociedade capitalista. O problema que se propõe a argumentar é: de que maneira as relações de produção determinam a vida social da mulher e, como as relações de opressão que se manifestam na realidade social se articulam em uma superestrutura que pressupõe a exploração e a desigualdade como princípio da sua própria existência. A partir disso, o trabalho visa levantar pontos sobre a vida da mulher no modo de produção capitalista, a fim de desnaturalizar os processos sociais desencadeados a partir do assalariamento. O estudo se torna relevante a medida que visa desnaturalizar os papéis atribuídos à mulher, levantando pontos sobre a realidade social da mulher e de que forma a produção das condições materiais de existência está ligada a princípios estruturantes da própria desigualdade de gênero, enquanto expressão da questão social, conceituada por Iamamoto (1998, p. 2) como o conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura, que tem uma raiz comum: a produção social é

cada vez mais coletiva, o trabalho torna-se mais amplamente social, enquanto a apropriação de seus frutos mantém-se privada, monopolizada por uma parte da sociedade.

2 METODOLOGIA

O trabalho foi desenvolvido dentro da disciplina "Formação da Sociedade Brasileira e Questão Social" enquanto avaliação do processo de aprendizagem. Para a realização dos objetivos, foi utilizada como metodologia a revisão bibliográfica sobre o assunto. Para a análise e problematização dos fenômenos que englobam a reprodução social como um todo foi utilizado o método de Marx (NETTO, 2011).

A partir do referencial teórico estudado, tem-se como determinações a serem consideradas: a desigualdade de gênero na sociedade capitalista, que modela e determina os papéis de gênero para a continuidade e manutenção de uma ordem societária desigual, que produz riqueza ao mesmo tempo que produz miséria.

3 RESULTADOS e DISCUSSÃO

A desigualdade de gênero e as construções sociais não surgem propriamente da dominação masculina, mas da organização da sociedade em classes sociais através da exploração do trabalho assalariado (condição única de subsistência dos desapropriados dos meios de produção), contexto em que as mulheres também estão inseridas, visto que, o estudo da realidade feminina está muito para além da categoria Gênero e requer análise da produção das condições de vida.

O capitalismo remodela constantemente as estruturas que gestam a produção e reprodução da vida, em que a opressão que advém, mas, não se reduz ao machismo é essencial para a reprodução do capital uma vez que a desigualdade de gênero é uma parte estruturante do sistema capitalista. Para a manutenção dessas desigualdades é necessário que haja a divisão sexual do trabalho, atribuindo às mulheres um papel na esfera reprodutiva da força de trabalho e não na produção da vida material.

> Embora a divisão sexual do trabalho não tenha surgido no interior das sociedades capitalistas, o capitalismo, enquanto um sistema político e ideológico utiliza-se das diferenças sexuais para aprofundar seu processo inerente de aprofundamento das desigualdades (FURNO, 2015, p. 3).

O trabalho na nossa sociedade então se divide em duas esferas, a do trabalho produtivo que está relacionada com a produção de valor, diretamente ligada a produção de mais-valia e a esfera reprodutiva que consiste em produção de valores de uso não mercantil que é relacionada com a reprodução da força de trabalho da mesma forma em que tem forte relação com a inserção precarizada e desigual das mulheres no mercado de trabalho.

> As atividades domésticas gratuitas realizadas majoritariamente por mulheres, não são menos econômicas que a dos homens, e que, embora não gerem valor monetário elas geram valor de forma indireta uma vez que os serviços não remunerados realizados pelas mulheres, são consumidos pelos demais membros da família e geram as condições materiais para a realização do trabalho produtivo (FURNO, 2015, p. 5-6)

O trabalho na esfera da reprodução diz respeito ao cuidado com os filhos, aos afazeres domésticos e demais tarefas restritas ao âmbito privado sob uma ordem patriarcal, contendo papéis de gênero que, pressupõe a um modelo de família constituída pelo patriarca que ocupa o espaço de chefe de família, os filhos homens enquanto herdeiros do patriarca e, as filhas e esposas que ocupam um lugar de "sub importância", restrita a restauração da família e do lar, logo, não poderiam estar na esfera do trabalho formal.

Essa estrutura familiar hierarquizada possibilitou que traços culturais conservadores se enraizassem, criando formas de violência e estereótipos sobre as mulheres para a manutenção de um modelo familiar que atendia os interesses da acumulação capitalista. Fora do lar, o trabalho precarizado, com baixos salários e super exploração, dentro do lar o trabalho doméstico invisibilizado e a submissão como alternativa de subsistência.

Sob demandas do capital internacional, é intensificada a exploração, e passasse a demandar mais força de trabalho. Segundo Netto (2002, p. 418), "A estrutura de classes da sociedade burguesa vem se modificando sensivelmente, inclusive com a desaparição de antigas classes e camadas sociais. Ocorrem alterações profundas, quer no plano econômico‑objetivo da produção/reprodução das classes e suas relações, quer no plano ideosubjetivo do reconhecimento da pertença de classe (e sabe‑se da unidade de ambos os planos na prática social)" As transformações no mundo do trabalho devem ao capital na sua fase mais madura, essas transformações levam a precarização das condições de vida da classe trabalhadora, uma vez que, o projeto neoliberal consiste em um conjunto de desmonte: "flexibilização" (da produção, das relações de trabalho), da "desregulamentação" (das relações comerciais e dos circuitos financeiros) e da "privatização" (do patrimônio estatal) Netto (2012, 417).

> A 'classe que vive do trabalho', homens e mulheres, acabam se submetendo aos salários ruins, pois depende deste ganho para sustentar a família, por não terem outra fonte de renda, por não terem outras oportunidades de melhores empregos e salários. Sendo assim muitas famílias, vivem apenas de uma renda e à mulher são oferecidas ainda menos oportunidades pelo mercado de trabalho (VELOSO, 2016, p. 7).

Se por um lado as mulheres conquistaram o direito ao trabalho formal e aos direitos políticos, agora eram duplamente exploradas no âmbito da produção e reprodução das condições de subsistência. Segundo Furno (2015), "a entrada no mercado de trabalho trouxe às mulheres o acúmulo das funções de produção social – no âmbito do emprego formal – e essas "naturalizadas" tarefas de reprodução social". Foi uma inserção precarizada, com salários menores em relação a remuneração dos homens, mesmo exercendo as mesmas funções. A mulher precisou além de enfrentar o fardo da maternidade, os estereótipos de

gênero e a falta de representação na esfera política, e também, ser explorada no âmbito da produção, para a super extração de mais valia, esta, como única alternativa de prover as condições materiais para viver.

> As mulheres haviam ingressado na força de trabalho, mas ainda eram responsáveis por criar os filhos, cozinhar, limpar, costurar, remendar – o trabalho penoso e mecânico essencial para a família. As responsabilidades domésticas das mulheres impediam-nas de ingressar nos domínios públicos do trabalho, da política e da empreitadas criativas em pé de igualdade com os homens (GOLDMAN, 2014, p. 21).

A desigualdade no mercado de trabalho é determinada por processos que perpassaram a vida das mulheres, processos estes determinados pelos interesse de uma maior acumulação através de uma super exploração do trabalho (este, precarizado, terceirizado e subalterno) por vezes, em curtos espaços de tempo com a ausência de direitos trabalhistas.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se, assim, que a desigualdade de gênero na sociedade é determinada através das relações de trabalho que se gestam no modo de produção capitalista e dos papéis sociais atribuídos a mulher, que acabam por submeter-la a uma condição de servidão. São os elementos levantados na revisão bibliográfica: a) o modelo de família se transformou a partir de mudanças no mundo do trabalho para uma ampliação da acumulação e extração de mais valia, mas não se transformou sem deixar traços culturais conservadores que perpassam a vida das mulheres; b) a partir de maiores demandas do capital internacional sobre a força de trabalho, as mulheres entraram no emprego formal de forma precarizada e sem garantia de direitos, pois, uma base conservadora de valores arraigados, atribuí os trabalhos domésticos como obrigação da mulher; e, c) quando as mulheres passam a ocupar espaço no trabalho assalariado na produção das condições materiais não lhes é possibilitada a alternativa de abandonar o trabalho doméstico, por que a esfera da reprodução, mesmo exercida gratuitamente é tão econômica quanto a esfera da produção das condições materiais.

Por fim, é relevante a discussão sobre as condições materiais de existência das mulheres por que esse processo condiciona todo o processo de reprodução da vida social, torna-se relevante a reflexão sobre os papéis de gênero que foram/são atribuídos às mulheres visto que são expressão de modelos familiares patriarcais alimentados por uma ideologia machista, que contribui para a manutenção da desigualdade entre homens e mulheres. A mulher na sociedade capitalista está inserida em uma classe social que determina suas condições de existência, sua vida política e sua relação consigo mesma, portanto, não é possível superar a relação de subalternidade de gênero sem superar anteriormente a contradição Capital x Trabalho, pois, as estruturas que mantêm o capitalismo utilizam das desigualdades estruturais para extração de mais valia.

REFERÊNCIAS

AQUINO DE SOUZA, C. A desigualdade de gênero no pensamento de Rosseau. **Revista Novos Estudos Jurídicos** - Eletrônica, Vol. 20 - n. 1 - jan-abr 2015

CEOLIN, George Francisco. **Crise do capital, precarização do trabalho e impactos no Serviço Social.** Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 118, p. 239-264, abr./jun. 2014

FURNO, Juliana da Costa. **O Trabalho das Mulhere**s: entre a produção e a reprodução social. 2015

GOLDMAN, Wendy. **Estado, Mulher e Revolução:** política familiar e vida social soviéticas, 1917-1936. São Paulo, Boitempo : Iskra Edições, 2014.

LEITE, Janete Luzia; BRITO, Priscila Silva. "**Mundialização e "Questão Social"**: as políticas sociais brasileiras como paradigma. 2007

MARX, Karl. **Contribuição a crítica da economia política**. Tradução e introdução de Florestan Fernandes. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

NETTO, J. P. **Introdução ao estudo do Método de Marx.** 1 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011.
_____. Crise do capital e consequências societárias. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 111, p. 413-429, jul./set. 2012

OLIVEIRA, Silvia Marques Dantas de. **Gênero, questão social e serviço social:** um olhar feminista. 2009

RIBEIRO, T. **Os filósofos iluministas e a mulher**: A contribuição de Adília Maia Gaspar, 2012. Disponível em: <http://subvertidas.blogspot.com/2012/11/os-filosofos-iluministas-e-mulher.html>. Acesso em: 13 set. 2018.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Emílio ou da educação**. Tradução de Sérgio Milliet. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1992.

VELOSO, Soraia Cintra; EVA, Wiliany Soares. **A inserção da mulher no mercado de trabalho:** Uma reflexão sobre Raça e Gênero, 2016.